

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

**SENTENÇA**

Processo nº: **1013914-12.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça**  
 Requerente: **Igreja de Cristo Pentecostal No Brasil**  
 Requerido: **Márcio Napolitano**

**IGREJA DE CRISTO PENTECOSTAL NO BRASIL** ajuizou ação contra **MÁRCIO NAPOLITANO**, pedindo a reintegração na posse do imóvel situado na Rua Santa Tereza, s/n, Bairro Botafogo I, nesta cidade, haja vista a permanência do réu no local mesmo após ter sido notificado acerca da extinção do comodato verbal. Pediu, ainda, a condenação do réu ao pagamento de indenização pela ocupação indevida do imóvel e pelos prejuízos decorrentes da limpeza do local.

Deferiu-se e cumpriu-se a reintegração liminar na posse do imóvel.

O réu foi citado e não contestou os pedidos.

A autora requereu a aplicação dos efeitos da revelia.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela autora na petição inicial, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (artigo 344 do Código de Processo Civil). Ademais, os documentos juntados aos autos comprovam a posse exercida pela autora sobre o imóvel e a extinção do comodato havido entre as partes.

O réu permaneceu no local mesmo após constituído em mora, razão pela qual dever arcar com o pagamento de um aluguel mensal, incidente desde o término do prazo previsto na notificação para que o imóvel fosse desocupado (16.10.2016) até a data da reintegração da autora na posse do bem (20.01.2017), totalizando-se, então, três meses. Tanto em razão da revelia quanto por não vislumbrar excessividade no valor indicado na petição inicial, adota-se a importância R\$ 1.000,00 como valor locativo do imóvel.

**P O D E R   J U D I C I Á R I O****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br


Por fim, não se descarta a hipótese da autora suportar diversos prejuízos pela limpeza do imóvel, ilação que se tem por verdadeira perante a revelia verificada. Daí o acolhimento também do pedido indenizatório.

Diante do exposto, **acolho os pedidos** para decretar a reintegração da autora na posse do imóvel, tornando definitiva a liminar deferida. Ao mesmo tempo, condeno o réu a pagar para a autora a importância de R\$ 1.000,00 por mês de ocupação indevida do imóvel, desde a constituição em mora, com correção monetária a partir de cada vencimento mensal e juros moratórios contados a partir da citação, bem como as despesas que ela suportar para promover a limpeza do local, conforme se apurar em fase de cumprimento de sentença.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono da autora fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de março de 2017.



**Carlos Castilho Aguiar França**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**